

## Representações sensíveis e apercepção originária

[Representations of the senses and original apperception]

Sílvia Altmann\*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil)

O debate sobre a dependência ou independência da intuição humana em relação às funções do entendimento avivaram recentemente o interesse de intérpretes em considerações kantianas sobre a noção de representação em animais não humanos.<sup>1</sup> Defensores da independência da intuição em relação às funções do entendimento costumam aproximar o caso de representações não-humanas com a representação em crianças muito pequenas ou com o que seria o caso das nossas representações se abstrairmos da nossa capacidade de entendimento.<sup>2</sup> A especificidade da representação humana adulta seria conceitualização ou pensamento ou experiência (no sentido técnico kantiano, como cognições ou percepções conectadas), ou no máximo de percepções, novamente em um sentido técnico kantiano, no qual percepção seria mais do que uma intuição consciente de um objeto dado à sensibilidade.<sup>3</sup> Comum a essas diferentes interpretações é a tese segundo a qual nós temos algum tipo de acesso consciente a objetos dados na sensibilidade independentemente das funções do entendimento.<sup>4</sup>

---

\* Pesquisadora do CNPq. E-mail: saltmann20@gmail.com

<sup>1</sup> Em especial no debate mais ou menos recente que recebeu o rótulo de não-conceitualismo versus conceitualismo. Para um panorama deste debate, ver, por exemplo, Heidemann (2013) (resenhado por Faggion, 2013). Para uma consideração sobre como cada uma dessas posturas ditas conceitualistas e não-conceitualistas pode acabar por obliterar importantes distinções kantianas, ver, por exemplo, Zöller (2010 e 2013).

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, Hanna (2008), McLearn, (2011) and Allais (2015).

<sup>3</sup> A versão mais desenvolvida que conheço do primeiro caso (sustentando que categorias são necessárias somente para cognição (ou conhecimento) ou experiência é a de Allais (2015) (cf. por exemplo, pp. 261-2). Tolley, diferentemente, reconhece as que categorias valem para algo em algum sentido menos que cognição, a saber, para as percepções, mas defende que não são necessárias a para intuição, ainda que intuições sejam representações conscientes relacionadas a objetos (Tolley, 2013 e 2018).

<sup>4</sup> Uma visão que, pelo menos em algumas versões, pode ser descrita como o que James Conant (2016) chamou de concepção “torta-em-camadas” (“layer cake”) de nossas capacidades cognitivas. Para exemplos da leitura dita “conceitualista”, inspirada, assim como Conant, sobretudo em McDowell, ver, por exemplo, Ginsborg (2008), Griffith (2010) e Land (2011).

Meu propósito não é o de “tomar um lado” nem mesmo de examinar esse debate adequadamente.<sup>5</sup> Meu objetivo, ensejado por algumas considerações mais ou menos recentes, será examinar algumas observações kantianas sobre as capacidades cognitivas com vistas a explicar por que mesmo nossos sentidos podem ser ditos especificamente humanos em função da sua relação com a capacidade de apercepção, em particular, devido à relação entre percepção e unidade originariamente sintética da apercepção.

Na primeira parte do texto, introduzirei algumas passagens kantianas que sugerem uma aproximação entre representações sensível humanas e as de animais não humanos.<sup>6</sup> Deixarei para a sequência do texto tratar delas mais detidamente, limitando-me nessa seção inicial a ressaltar que Kant atribui representações a animais simplesmente na medida em que animais são seres vivos. Na segunda parte tratarei da razão pela qual Kant nega aos animais cognição<sup>7</sup>: animais não têm cognição pois lhes falta consciência ou apercepção. A terceira parte trata das consequências de Kant negar consciência ou apercepção aos animais para o que Kant entende por *percepção*. Por fim, caberá deter-se na relação entre percepção e unidade originariamente sintética da apercepção.

## 1. Representação e animais

Algumas passagens poderiam à primeira vista ser tomadas como evidência de que Kant atribui consciência a animais. Uma passagem que sugere que partilhemos representações conscientes com os demais animais e que nossas representações só diferem das deles quando *conhecemos* (ou “*cognoscemos*”) algo é, por exemplo, essa da *Lógica de Jäsche*<sup>8</sup>:

---

<sup>5</sup> Embora muito do que segue seja inspirado por contribuições de autores dos dois “lados” desse debate, creio que, como é talvez inevitável com rótulos, adotar algum deles tenderia mais a obscurecer diferenças do que a esclarecer. Por essas razões, prefiro formular o ponto no qual o que segue se cruza com esse debate em termos mais específicos, a saber, sobre se, para Kant, nossa representação sensível depende ou não das funções do entendimento. Parte do que pretendo sugerir aqui é que, se por representação sensível entendemos algo que envolve consciência no sentido no qual Kant utiliza esse termo, devemos aceitar que a representação sensível depende das funções do entendimento, embora isso não seja necessariamente o mesmo que dizer que depende de conceitos, do pensamento ou de juízos. Deixarei em aberto a questão sobre se o que Kant chama de intuição (abstração feita da consciência delas), depende das funções do entendimento. Cabe ressaltar ainda que limitar-me-ei aqui a considerar somente o que reconheço ser uma pequena amostragem da bibliografia relevante, deixando também de lado interpretações mais abrangentes e desenvolvidas do argumento kantiano que, embora não diretamente envolvidas nesse debate específico, seriam, me parece, incontornáveis no caso de uma pretensão mais ambiciosa sobre o tema. Como consequência dessa limitação, apenas suporei uma certa interpretação da dedução transcendental das categorias, que será resumida aqui, mas não defendida.

<sup>6</sup> Doravante, simplesmente “animais”.

<sup>7</sup> Usarei muitas vezes o termo “cognição”, ao invés de “conhecimento” para “*Erkenntnis*”, de modo a guardar a especificidade do sentido técnico do termo, como uma representação consciente referida um objeto (KrV A320/B276-7). Fiz as substituições equivalente nas traduções brasileiras utilizadas.

<sup>8</sup> Utilizarei aqui diversas notas das chamadas “Lições” (*Vorlesungen*) de alunos de Kant, procurando restringir-me ao período crítico e a observações que são recorrentes nessas notas e compatíveis com os textos publicados. Em

Com respeito ao conteúdo objetivo de nosso conhecimento [cognição] em geral, podem-se pensar os seguintes *graus* segundo os quais ele pode ser intensificado deste ponto de vista:

O primeiro grau do conhecimento é: *representar-se* algo;

O segundo: *representar-se* algo com consciência ou *perceber* (*percipere*).

O terceiro: notar <*kennen*> (*noscere*) algo ou *representar-se* algo em comparação com outras coisas tanto no que toca à identidade <*Einerleiheit*> quanto no que diz respeito à diferença.

O quarto: notar algo com *consciência*, quer dizer, conhecer <*erkennen*> (*cognocere*). Os animais também notam <*kennen*> objetos, mas não conhecem. (*Log*, AA 9: 64-5)<sup>9</sup>

Parece natural concluir que, se os animais têm o terceiro grau, teriam também o segundo, podendo perceber e comparar (identificar e distinguir) representações conscientes; eles só não seriam capazes de refletir em conceitos as representações conscientes comparadas. Eles seriam então capazes de representar, perceber e notar, só não teriam conhecimento ou cognição. Como a percepção envolve consciência, animais seriam seres conscientes.

Se essa passagem sugere que animais têm consciência, uma passagem da *Antropologia*, por sua vez, parece aproximar o caso de crianças muito pequenas ao caso dessas supostas percepções de animais não-rationais:

Que nesse espaço tempo [até cerca de quatro meses], [uma criança] comece a seguir com os olhos objetos brilhantes a ela apresentados é o começo ainda rudimentar do avanço das *percepções* (apreensão da representação sensorial), que serão ampliadas em *cognições* dos objetos dos sentidos, isto é, da *experiência*. [...] A *lembrança* dos anos da infância não chega, porém, nem de longe a essa época, porque não foi a época das experiências, mas simplesmente a época de percepções dispersas ou ainda não reunidas sob o conceito do objeto. (*Anth*, AA 7: 127-8)

Parece então que animais e crianças muito pequenas partilham representações conscientes, isto é, percepções. E como Kant fala em percepções anteriores à unificação sob o conceito do objeto, isso parece evidência em favor da tese segundo a qual as funções do entendimento são necessárias somente para cognição, não para a representação consciente de um objeto na percepção.

---

razão da sua peculiaridade, essas notas dificilmente podem ser decisivas para qualquer interpretação, mas podem e, creio, devem ser usadas, desde que somente como contribuição para a compreensão das obras publicadas.

<sup>9</sup> Como é usual, mencionarei somente a abreviação da Academia para as obras de Kant e a paginação das edições A e B, no caso da *Crítica da razão pura*, e da edição da Academia no caso das demais obras. Salvo indicação em contrário e quando de tradução disponível em português, segui a tradução especificada na bibliografia. No caso dessa passagem, alterei a tradução de Guido de Almeira de *kennen* para “notar” (ao invés de “conhecer”) e de *erkennen* para “conhecer” (ao invés de reconhecer). Embora a solução do tradutor seja com certeza melhor isoladamente, quis preservar a relação de *erkennen* com conhecer. No caso das demais *Vorlesungen*, assim como da correspondência utilizada, a responsabilidade da tradução do alemão para o português é minha (foram também consultadas as traduções da *Cambridge Edition* para o inglês, que constam na bibliografia.)

Deixando por enquanto de lado a discussão dessas passagens e antes de considerar a especificidade da representação humana, vejamos por que devemos atribuir aos animais algo pelo menos muito similar ao que chamamos em nós de representação. Isso é inevitável, segundo Kant, na medida em que animais são seres vivos, animados, com alma, com funções irreduzíveis à matéria:

Viver significa, propriamente falando, ter uma capacidade de levar a cabo ações em conformidade com suas representações. Dizemos que um animal é vivo porque tem a capacidade de alterar seu próprio estado como consequência de suas representações. (V-Met/Volckmann, AA 28:449)

Alma é o princípio que anima um animal. A matéria não pode viver por si mesma. (V-Met K2/Henize, AA 28:753)

Vida é a faculdade de um ente de agir segundo leis da faculdade da apetição. A *faculdade da apetição* é a faculdade do mesmo ente de ser, mediante suas representações, causa da efetividade dos objetos destas representações. (KpV, AA 5: 9)

No entanto, animais não têm cognição, porque para isso é necessário entendimento. Vejamos então por que Kant nega que os animais tenham entendimento e, portanto, lhes nega cognição.

## 2. Cognição e apercepção

Os animais não conhecem porque o entendimento é necessário para o conhecimento ou cognição. Dado que cognição envolve conceitos e que o entendimento é a faculdade de pensar objetos por conceitos, é bastante óbvio que, sem entendimento, os animais não são capazes de cognição. O ponto interessante, contudo, é examinar a *razão* pela qual, segundo Kant, animais não têm entendimento: porque lhes falta *consciência*.

Nós percebemos em nós mesmos um traço específico do entendimento e da razão, a saber, a consciência. (V-Met/Volckmann, AA 28:449)

[...] A faculdade da consciência não pode ser atribuída a animais. (V-Met L2/Pöhlitz, AA 28: 584)

Para compreender em que sentido a cognição depende da consciência, devemos considerar o que é consciência e o que é cognição. De um lado, temos que consciência é uma “representação de nossa representação” (V-Log/Dohna, AA 24: 701) ou “uma representação de que outra representação está em mim” (Log, AA 9:33) (ainda que se trate de uma consciência bastante fraca, sequer suficiente para

memória<sup>10</sup>). Por outro lado, para cognição, é necessário relacionar algo como representação a algo como um objeto dessa representação. Isso é explícito, por exemplo, quando Kant escreve que “não posso permanecer nessas intuições caso devam tornar-se cognições, mas tenho antes que referi-las, enquanto representações, a algo como objeto” (KrV B XVIII).

Ora, se conhecer envolve referir algo como representação a algo como um objeto, isso envolve representar uma representação. E se estar consciente é representar uma representação, é fácil perceber que ter cognição depende da consciência. Conhecer (ou ter cognição de) uma mesa, por exemplo, não é simplesmente ter em mim algo que, por assim dizer, “toma o lugar” da mesa e interage com minhas inclinações ou outras representações. Se conheço a mesa, estou consciente, estou representando que tenho algo em mim que representa ou toma o lugar da mesa e serve para conhecê-la: eu tomo uma representação como fundamento de cognição do objeto.

É importante observar que isso implica a dependência do entendimento em relação à consciência mesmo quando se trata somente de pensar algo, não de necessariamente conhecer. Pensar é sempre por conceitos e conceitos são representações universais. Esta universalidade, por sua vez, funda-se em tomarmos uma representação parcial como fundamento de cognição de algo.<sup>11</sup> Assim, mesmo que utilizemos conceitos somente para pensar, estamos nos representando algo como fundamento de cognição de alguma coisa, como podendo servir para conhecer. Onde a dependência do entendimento em relação à capacidade de representar representações.

O último passo aqui para notar a dependência da cognição em relação à apercepção é notar que consciência (representação de representação) depende de algum sentido percebermos a nós mesmos. Encontramos a estreita relação entre consciência e apercepção em notas recorrentes de alunos de Kant:

Um tipo de representação pode acompanhar todas nossas representações, e essa é a representação de nosso eu. A representação de nosso eu é chamada de consciência, apercepção <apperception>. (V-Met L2/Pöhlitz, AA 28: 584)

Consciência é o princípio da possibilidade do entendimento, não da sensibilidade. [...] O eu subjaz como fundamento à consciência e é o que é particular a um espírito. (V-Met Mron II, AA 29:878)

[...] nós supomos que os animais poderiam durar e aumentar seus poderes por uma eternidade e ainda assim não alcançariam o entendimento, porque então uma peça

<sup>10</sup> Cf. KrV B 414-415n.

<sup>11</sup> Cf. Log, AA 09: 95.

essencial precisaria ser acrescentada à sua sensibilidade, unicamente através da qual o entendimento é possível, a saber, a apercepção. (*V-Met Mron II*, AA 29: 906)

Somente um espírito tem um eu que subjaz à consciência. Seres animados somente com alma, dotados de sensibilidade, mas não de entendimento, não são espíritos. Ser consciente é sempre, em algum sentido, perceber a si mesmo, o que não é surpreendente, se consciência é alguma espécie de representação da representação. É claro que, se quisermos usar a palavra consciência para algo tão simples como representações ou estados mentais, bem como a interação entre tais estados mentais e suas influências no comportamento de um ser vivo, então poderíamos dizer que a consciência é possível sem entendimento e apercepção. No entanto, parece não ser esse o sentido kantiano.

Vimos até agora que a cognição depende do entendimento que envolve consciência que depende de apercepção. Como Kant nega aos animais apercepção, lhes nega consciência e, sem poder representar suas representações, animais jamais poderiam relacionar algo como representação a algo como objeto, isto é, conhecer.

### 3. Percepção e apercepção

Embora a dependência da cognição em relação à apercepção seja razoavelmente clara, na medida em que conhecer é relacionar algo como representação a algo como objeto, a situação fica mais obscura se lembrarmos que nem toda representação humana envolvida numa cognição é ela mesma uma cognição. Consideremos novamente a passagem já citada da *Lógica de Jäsche* sobre os “graus” envolvidos na cognição:

Com respeito ao conteúdo objetivo de nossa cognição em geral, podem-se pensar os seguintes graus segundo os quais ele pode ser intensificado deste ponto de vista:

O primeiro grau da cognição é: representar-se algo;

O segundo: representar-se algo com consciência ou perceber (*percipere*).

O terceiro: notar <kennen> (*noscere*) algo ou representar-se algo em comparação com outras coisas tanto no que toca à identidade <*Einerleiheit*> quanto no que diz respeito à diferença.

O quarto: notar algo com consciência, quer dizer, conhecer <*erkennen*> (*cognocere*). Os animais também notam objetos, mas não conhecem. (*Log*, AA 9: 64-5)

Perceber, portanto, não é ter uma relação conscientemente relacionada a um objeto, embora envolva consciência. E, como já mencionado, essa passagem parece sugerir que animais também percebem. Antes de analisar o caso das nossas percepções (humanas), vejamos se essa passagem pode ser compatibilizada com as recorrentes afirmações kantianas segundo as quais animais não têm consciência.

Embora pareça natural pensar que a passagem em questão implica que animais têm o segundo grau (uma vez que têm o terceiro), convém antes de mais nada ressaltar que se trata, afinal, de uma descrição dos graus da cognição *humana*. Mais importante, contudo, é ressaltar que se trata de uma descrição dos graus possíveis de intensificação de nossa cognição *quanto ao seu conteúdo objetivo*. Ou seja, não se trata necessariamente de uma descrição de etapas de desenvolvimento cognitivo. Tudo que a passagem implica é que, no nosso caso (humano), quando se trata de explicar o *conteúdo objetivo* de um conhecimento, parece que poderíamos adotar algo como a seguinte descrição.<sup>12</sup> A afecção por um objeto gera uma representação (um “estado da alma” ou “estado mental”). Dado que somos seres capazes de apercepção, somos capazes de perceber, representar essa afecção. Animais, ao contrário, como não são capazes de apercepção, não são capazes disso. Mas animais, mesmo sem percepção, mesmo sem serem capazes de consciência de seus estados, podem ter o equivalente ao terceiro grau: podem discriminar objetos graças às representações geradas pelos objetos, mas sem representar suas representações. Para poder discriminar objetos, eles têm de ter algo equivalente a representações: têm de ter algo que “toma o lugar” do objeto para interagir com outras representações de tal modo que essas representações possam, para usar uma formulação da primeira introdução à *Crítica do Juízo*, ser *instintivamente* comparadas “em relação a alguma inclinação” (HN, AA 20: 210). Mas isso não necessariamente exige que eles *representem* essas representações.<sup>13</sup> Eles podem perfeitamente ter algo equivalente aos graus um e três, sem o segundo.<sup>14</sup>

Consideremos agora o caso de representações humanas e o nosso “segundo grau”. Um passo importante é levar em conta a especificidade do sentido kantiano de percepção. Dada a familiaridade do termo hoje e o modo como usamos essa expressão, muitas vezes no próprio debate sobre Kant ela é utilizada como significando simplesmente a representação de algo dado à sensibilidade, o que, uma vez que animais têm representação e sensibilidade, também teriam. No entanto, como já apontado,<sup>15</sup> percepção envolve essencialmente um ato de tomar consciência de algo, embora, como fica claro pela passagem da *Lógica de Jäsche*, envolva mais do que meramente representar-se algo, ainda seja distinto de conhecer algo. A

<sup>12</sup> Como ficará claro mais adiante, essa descrição é demasiado simplificada (pois ainda não leva em conta o papel da unidade da apercepção), mas ela é suficiente para já indicar a relação entre percepção e apercepção.

<sup>13</sup> É claro, mais uma vez, que, se quisermos dizer que qualquer interação de representações envolve consciência, podemos fazê-lo, mas esse não parece ser o sentido kantiano de consciência, e meu interesse aqui é compreender a especificidade das capacidades cognitivas humanas tendo em vista essa consciência que Kant atribui só a seres humanos.

<sup>14</sup> C. McLear (2011) reconhece que a passagem trata da cognição humana e considera a possibilidade de os animais terem somente os graus um e três, mas descarta essa interpretação como artificial, em parte por tomar a citação como descrevendo etapas no desenvolvimento cognitivo e em parte apoiando-se outros textos (que, contudo, também não me parecem decisivos).

<sup>15</sup> Para uma retomada da importância da consideração da especificidade da noção kantiana de percepção, bem como para uma contextualização histórica da utilização do termo, cf. Tolley 2018.

diferença e a relação entre perceber e conhecer é explícita em muitas notas de aula como, por exemplo, as seguintes:

Se alma é consciente de si para si mesma, sem ser consciente de seu estado, isso é apercepção. Se é também consciente de seu estado, então isso é sensação ou percepção. (*V-Met Mron II*, AA 29: 882)

A representação pode ser combinada também com apercepção – a consciência da representação. Uma representação combinada com consciência é chamada percepção, perception. Essa percepção se torna cognição na medida em que a representação é relacionada com consciência a um objeto. (*V-Log Dohna Logic*, AA 24: 752)

Na primeira Crítica, lemos que “a primeira coisa que nos é dada é o fenômeno, que se denomina percepção quando ligado à consciência” (*KrV A 119-120*), que a síntese da apreensão é a “a composição do diverso em uma intuição empírica pela qual se torna possível a percepção, i. e., a consciência empírica da mesma (como fenômeno)” (*KrV B 160*) e que “a experiência é uma cognição empírica, i.e., uma cognição que determina um objeto por meio de percepções” (*KrV B 218*).

É necessário, portanto, distinguir a apreensão consciente da matéria de uma intuição empírica, a mera consciência de sermos afetados de certo modo (uma percepção), que não é necessariamente cognição. Tendo isso em vista, poderíamos ser tentados a dizer que uma vez que as categorias são conceitos de um objeto em geral, elas só são necessárias para cognição ou experiência. No entanto, sabemos que, ao contrário, é porque as categorias necessariamente se aplicam à percepção que valem para a experiência possível (*KrV B 161*). Devemos, por conseguinte, examinar mais detidamente a relação entre percepção e apercepção.

#### 4. Percepção e unidade objetiva da apercepção

O exame da relação entre representação e apercepção nos conduz inevitavelmente à consideração da dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento.<sup>16</sup>

Lá encontramos que “a consciência empírica que acompanha diferentes representações é em si dispersa e sem referência à identidade do sujeito” (*KrV B 133*) e, por essa razão, de modo a poder saber que tenho tais representações, tenho de “acrescentar uma representação à outra e ser consciente da sua síntese” (*KrV B 133*) pois, caso contrário, teria um eu “tão multicolor e diverso quanto tenho

---

<sup>16</sup> A dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento é um (se não o) texto central para o debate sobre a dependência ou independência de representações em relação às funções do entendimento. Por essa razão, é de consideração inevitável. Mas também por ser tão central e complexo, é impossível aqui sequer tentar defender uma interpretação. Assim, limitar-me-ei a supor a reconstrução que segue para examinar algumas consequências sob essa suposição.



representações das quais sou consciente” (*KrV* B 134), o que equivaleria a dizer que não haveria representação do eu. No entanto, o ato originário de acrescentar uma representação à outra e ser consciente da sua síntese é expresso pelas funções lógicas do juízo e as categorias são expressão universal das mesmas funções aplicadas a representações dadas.<sup>17</sup> Como consequência, temos como princípio de possibilidade da intuição à sujeição à unidade originariamente sintética da apercepção, o que, por um lado, condiciona qualquer dos meus pensamentos particulares. No entanto, não são só meus pensamentos que estão submetidos a esse princípio. Uma vez que a consciência empírica de uma percepção tem de ser conforme às formas puras do espaço e do tempo e uma vez que as intuições puras do espaço e do tempo são representados com a determinação da unidade de seu diverso, uma ligação a priori é dada com as representações do espaço e do tempo, ligação essa que condiciona a apreensão e, portanto, a percepção. Como se trata de uma ligação originária, só pode ser, diz Kant, a unidade sintética “da ligação, numa consciência originária e conforme as categorias” (*KrV* B 161): a unidade transcendental da imaginação. Temos, assim, que a unidade originária da apercepção, a síntese transcendental da imaginação, conforme às categorias e aplicada ao múltiplo a priori do espaço e do tempo, condiciona a própria percepção:

A unidade objetiva de toda consciência (empírica) em uma consciência (da apercepção originária) é, assim, a condição necessária até mesmo de toda percepção possível; e afinidade de todos os fenômenos (próxima ou remota) é a consequência de uma síntese na imaginação que se funda a priori em regras. (*KrV* A 123)

Vimos que na percepção uma aparência que nos é dada é combinada com consciência (*KrV* A 119-120), que, na percepção, a alma é consciente de si com consciência de seu estado (*V-Met Mron*, AA 29:882), que percepção é a consciência empírica de algo como fenômeno (ou aparência) (*KrV* B 160). Ora, o que está envolvido em ser consciente de algo como fenômeno, como um aparecer? Temos de ter consciência de que algo é oferecido de certo modo à nossa sensibilidade, temos a apreensão de um múltiplo sensório espaço-temporalmente ordenado que nos aparece de certo modo particular. Apreender esse aparecer tal como aparece não é atribuir esse aparecer tal como a aparece a algo como um objeto. Um prato redondo visto de lado aparece como oval, mas nem por isso determinamos ou classificamos o objeto como oval. Para a determinação do objeto, levamos em conta as condições da experiência possível, determinamos o objeto não conforme nossas condições particulares de percepção, mas conforme aquelas conexões que podem ser atribuídas a algo que não é redutível ao ponto de vista subjetivo particular, mas conforme regras

<sup>17</sup> O que não implica necessariamente que esse “colocar” representações sob a unidade da apercepção seja julgar ou conceituar. Tudo que é dito é que se trata da mesma função expressa em juízos e nos conceitos de objeto em geral (categorias).

da experiência possível.<sup>18</sup> No entanto, se temos consciência da ovalidade como um aparecer, temos consciência dela como uma perspectiva possível de algo que aparece e que assim aparece (como oval) por estar no espaço e no tempo. Se a representação disso que aparece como algo no espaço depende das condições de representação do espaço, e essa última por sua vez depende da unidade sintética originária da consciência, a consciência empírica da aparência será conforme às condições que tornarão possível a determinação do objeto por meio de conceitos. Ao relacionar as representações representadas na percepção como representações a algo como objeto que é então determinado por meio dessas representações percebidas, temos uma cognição empírica. Isso só é possível, contudo, porque a percepção ela mesma está sob as condições que permitem a cognição, e a percepção está sob essas condições em razão da forma da nossa intuição.<sup>19</sup>

Assim, porque a experiência consiste em percepções conectadas e a aplicação das categorias por meio da síntese da imaginação condiciona a própria percepção, as categorias condicionam a experiência:

Toda síntese, por conseguinte, pela qual a própria percepção se torna possível, situa-se sob as categorias; e, como a experiência é o conhecimento por meio de percepções conectadas, então as categorias são condição de possibilidade da experiência e valem *a priori*, portanto, também para todos os objetos da experiência. (KrV B161)

Mas, se é assim, se as funções do entendimento, condição para unificação em uma consciência una, condicionam a própria percepção, como seria possível falar de percepções dispersas? É importante ter mente que a síntese transcendental da imaginação *precede* a experiência e fundamenta as demais aplicações do entendimento.<sup>20</sup> Nos termos de uma formulação da *Antropologia*, temos o seguinte:

A imaginação (*facultas imaginandi*), como faculdade de intuições mesmo sem a presença do objeto, é ou *produtiva*, isto é, uma faculdade de exposição original do objeto (*exhibitio originaria*), que, por conseguinte, antecede a experiência, ou *reprodutiva*, uma faculdade de exposição derivada (*exhibitio derivativa*) que traz de volta ao espírito uma intuição empírica que já se possuía anteriormente. – As intuições puras do espaço e do tempo pertencem à primeira exposição, todas as restantes supõem

<sup>18</sup> Na mera percepção, teríamos simplesmente um aparecer, ou aparência ou fenômeno ou objeto indetermiado (Erscheinung nesse sentido), em oposição a uma aparência ou fenômeno no sentido de um objeto determinado de cognição (Erscheinung nesse outro sentido ou Phaenomenon). Para a necessidade dessa distinção e uma sugestão das implicações da aparência no primeiro sentido estar no espaço e no tempo, ver Fonseca, 2017.

<sup>19</sup> Como antecipei, deixarei aqui em aberto a questão sobre a dependência da intuição em relação às funções do entendimento. Observo somente que, embora a unidade da intuição não possa ser outra senão a que a apercepção originária lhe confere (KrV 144-5), isso não é demonstrado exclusivamente por estar sob as categorias ser condição para o acolhimento na consciência possível, mas também de algum modo em função da forma da nossa intuição. Mesmo se aceitarmos que a intuição enquanto tal é independente da percepção (do acolhimento consciente), no mínimo sua forma é tal que permite que sua unidade não seja outra que a da categoria, o que garantiria que tudo que possa aparecer aos nossos sentidos está conforme às categorias (KrV B 143 e B 160).

<sup>20</sup> É por isso que a “unidade sintética da apercepção é, assim, o ponto mais alto a que se tem de elevar todo uso do entendimento” (KrV B 133n).

uma intuição empírica, que, quando se une ao conceito do objeto e se torna, pois, conhecimento empírico, se chama *experiência*. (Anth, AA 7: 167)

De acordo com essa passagem, temos uma exibição ou apresentação originária do objeto sem a sua presença, o que antecede a experiência, graças à faculdade produtiva da imaginação responsável pelas intuições puras do espaço e do tempo. Cada percepção empírica particular (como tal, no espaço e no tempo) será conforme às condições dessa apresentação originária. Quando, além da percepção conforme às condições dessa apresentação originária, conectamos a aparência que percebemos com o conceito do objeto, temos uma cognição empírica, isto é, experiência. Antes disso, temos uma associação pela imaginação conforme a síntese reprodutiva. Sendo essa síntese reprodutiva associativa, ela só possui validade subjetiva. A reprodução associativa está ainda assim de acordo com a unidade objetiva da apercepção que fornece as representações do espaço e do tempo como unidades, isto é, de acordo com essa apresentação originária de um objeto em geral que precede a experiência.

Se é assim, o que assegura que percepção e, portanto, experiência estão sob as categorias é o fato de a síntese produtiva da imaginação ocorrer mediante a mesma função lógica que é expressa em juízos, e as categorias são expressão universal dessas funções lógicas quando aplicadas ao diverso da intuição. Segundo Kant, um conceito puro do entendimento expressa uma condição formal e objetiva da experiência.<sup>21</sup> Isso é compatível com dizer que as aparências estão sob as categorias sem serem universalmente (conceitualmente) expressas. Kant diz também que “aquela ação do entendimento [...] pela qual o diverso de representações dadas [...] é posto sob uma apercepção em geral é a função lógica dos juízos (KrV B 143) – e que as funções do entendimento podem ser encontramos ao exibirmos as funções do juízo (KrV A 69/B 94). Isso não é necessariamente dizer que trazer representações à unidade da apercepção é julgar ou conceituar (embora seja algo que torna sempre possível julgar e conceituar).<sup>22</sup>

Que as aparências estejam sob as categorias é, portanto, uma consequência necessária das condições para a autoconsciência porque, dada nossa forma da

<sup>21</sup> “Um conceito que expressa de forma universal e suficiente essa condição formal e objetiva da experiência se denomina um conceito puro do entendimento.” (KrV A 96)

<sup>22</sup> Buscando defender um tipo de conceitualismo e ao mesmo tempo fazer justiça à anterioridade da intuição em relação a pensamento e juízo, Thomas Land procura oferecer uma caracterização do entendimento como “uma capacidade para um tipo de síntese que opera por meio de uma representação anterior de unidade”, uma caracterização “que serve como o gênero do qual tanto juízo quando síntese sensível podem ser legitimamente ditos espécies” (Land, 2011, p. 231), recusando assim que todos os atos do entendimento sejam juízos. Como sua pretensão é somente de esboçar essa ideia, alguns aspectos da sua sugestão não me são claros. Em particular, tenho dificuldade em compreender como sua afirmação (se bem compreendi) segundo a qual a síntese sensível é um caso de uso de conceito (embora não seja juízo ou pensamento) é compatível com a afirmação kantiana segundo a qual o entendimento não pode fazer nenhum uso de conceitos exceto julgar através deles (KrV A 68/B 93). Eu tenderia a concordar que podemos encontrar uma caracterização do entendimento que envolva unificação de acordo com certa representação de unidade sem ser necessariamente juízo, mas, por outro lado, não parece possível dizer que isso envolve usar um conceito. Para uma tentativa de explicar de que modo categorias operam na percepção diferentemente de em juízos e na conceitualização, cf. Torres, 2008.

intuição, essas são as mesmas condições que possibilitam tornarmo-nos conscientes de um múltiplo no espaço e no tempo. Representações que não estivessem conforme a essas condições seriam tais que sequer poderíamos saber que as temos:

Pois as diversas representações que podem ser dadas em uma intuição não seriam todas elas minhas se não pertencessem todas elas a uma autoconsciência; i.e., elas têm de ser, como minhas representações (mesmo que eu não seja consciente delas como tais), necessariamente conformes à única condição sob a qual *podem* reunir-se numa autoconsciência universal, pois do contrário não pertenceriam inteiramente a mim. (KrV B 132-3)

Como consequência, toda intuição que pode ser algo para mim está sob as condições necessárias para a cognição:

A unidade sintética da consciência é, portanto, uma condição objetiva de todo conhecimento, e não uma de que eu apenas necessite para conhecer um objeto, mas uma sob a qual toda intuição de estar *para tornar-se um objeto para mim*, pois de outro modo, e sem essa síntese, o diverso não se unificaria em uma consciência. (KrV B 138)

Embora essas passagens digam somente que é só para “ser algo para mim” que essas condições são necessárias, não parece possível dizer que isso significa simplesmente que “ser algo para mim” é ser algo “classificado” ou representado “como objeto”<sup>23</sup>, mas, ao contrário, algo mais forte: sem essas condições, em algum sentido as representações não seriam nada. Kant chega a dizer que sem satisfazer essas condições seria como se essas representações sequer existissem:

Todas as representações têm uma referência necessária a uma *possível* consciência empírica: pois se elas não a tivessem, e fosse impossível tornar-se consciente delas, isso significaria simplesmente que elas não existem. Toda consciência empírica, no entanto, tem uma referência necessária a uma consciência transcendental (antecede a toda experiência singular), qual seja, a consciência de mim mesmo como a apercepção originária. (KrV A 117n)

---

<sup>23</sup> Cf. Allais, 2015, pp. 151-3, 261-2. Dizer que conceitos são necessários somente para cognição ou classificação de objetos parece ignorar completamente que é somente devido às funções do entendimento que “uma representação é algo para mim” (KrV A 117, B 138). Não surpreende que Allais deixe esse ponto de lado, uma vez que nas suas considerações sobre a dedução transcendental ela reconhece dizer muito pouco sobre o papel da autoconsciência ou unidade transcendental da apercepção (Allais, 2015, p. 260). Pedro Rego, no artigo publicado nesse volume (“O que mesmo o Eu penso tem que poder acompanhar?”) apresenta uma leitura que procura sustentar a independência da intuição em relação a qualquer função do entendimento levando em conta o papel da autoconsciência no argumento kantiano (embora, creio, com dificuldades para justificar a afirmação kantiana segundo a qual a dedução transcendental deve mostrar que “tudo que pode apresentar-se a nossos sentidos tenha de estar submetido a leis que somente surgem a priori do entendimento” (KrV B 160)). Parece-me que parte dessa dificuldade consiste em não considerar que talvez a dita primeira parte da dedução prove a necessidade das categorias para uma intuição “que denomino minha”, mas que a segunda parte prove, ao contrário, que pelo mero fato de ser dada tal como nos é dada, a intuição está necessariamente sob as categorias. Para uma reconstrução da dedução transcendental ressaltando a especificidade dessa segunda parte para o debate sobre a relação entre representação sensível e entendimento, conferir o texto de José Luciano Verçosa Marques publicado nesse volume (“A intuição formal na dedução transcendental B”).

Falar de representações sem referência a uma possível consciência empírica equivaleria a dizer [*so viel sagen*] que essas representações sequer existem.<sup>24</sup> E a possibilidade dessa consciência empírica depende da consciência transcendental. Uma carta de Kant a Marcus Hertz também insiste que representações que não se conformassem às condições tanto da sensibilidade quanto do entendimento seriam não só inúteis para o conhecimento, mas sequer poderíamos saber que as temos:

[...] todos os outros conceitos de coisas (que não estão sob essas condições [forma da sensibilidade e funções do entendimento]) são para nós vazios e radicalmente inúteis para conhecimento, mas além disso todos os dados dos sentidos para uma cognição possível jamais representariam objetos; eles sequer alcançariam aquela unidade da consciência requerida para a cognição de mim mesmo (como um objeto do sentido interno). Eu sequer jamais seria capaz de saber que os tenho; consequentemente, para mim, como ser cognoscente, eles não seria absolutamente nada. Poderiam (se em pensamento me faço um animal) desenvolver “seu jogo” de maneira ordenada, como representações conectadas de acordo com leis empíricas de associação, e assim até ter uma influência nos meus sentimentos e desejos, em mim, sem eu ser consciente (supondo que eu seja mesmo consciente de cada representação individual, mas não da sua relação com a unidade da representação de seus objetos, por meio da unidade sintética da sua apercepção), sem que com isso eu conhecesse qualquer coisa, sequer esse meu estado. (*Br AA*, 11: 52)

Cabe aqui deter-se um pouco nessa passagem. Ela parece implicar a possibilidade de uma consciência (de representações individuais) sem relação com a unidade originariamente sintética da apercepção, contrariamente ao que parece ser a lição da dedução transcendental. No entanto, a passagem não necessariamente implica a possibilidade da consciência de representações individuais sem relação com a unidade da representação de seu objeto por meio da unidade da sintética da percepção. Ela implica no máximo a possibilidade da consciência de representações individuais sem consciência de tal relação com a unidade da representação do objeto.<sup>25</sup>

Sobre o papel dessa suposição (da mera consciência individual) nas considerações kantianas em questão aqui, é esclarecedor levar em conta o contexto na carta a Marcus Hertz em que a passagem se insere. Kant está contrapondo sua própria caracterização da faculdade do entendimento à concepção de Salomon Maimon:

A teoria do senhor Maimon consiste fundamentalmente no seguinte: na alegação de um entendimento (na verdade, o entendimento humano) não simplesmente como uma

<sup>24</sup> É claro que “ser como dizer” pode ser diferente de simplesmente “dizer” que não existem, mas é importante observar que o sentido em que não seriam nada para mim não é o de simplesmente não representarmos algo como objeto. Creio que o ponto central que, sem essa referência, não haveria sentido no qual elas pudessem ser representações de um “eu”, mas não cabe desenvolver esse ponto aqui.

<sup>25</sup> E isso no máximo, uma vez que a formulação é bastante cautelosa, já que Kant escreve “supondo que eu seja mesmo consciente de cada representação individual, mas não da sua relação com a unidade da representação de seus objetos, por meio da unidade sintética da sua apercepção” (ênfase minha).

capacidade de pensar [...] mas de fato como uma capacidade de intuição, onde pensar é somente um modo de trazer o diverso da intuição (que é obscura por causa das nossas limitações) a uma consciência clara. Eu, ao contrário, atribuo o conceito de um objeto em geral (que jamais poderia ser encontrado na nossa intuição mais clara) ao entendimento como uma capacidade específica, a saber, a unidade sintética da apercepção, unicamente através da qual o diverso de uma intuição (cada um dos quais posso ser afinal particularmente consciente), em uma consciência unificada, pode ser levado à representação de um objeto em geral (cujo conceito é então determinado por esse diverso).<sup>26</sup> (*Br AA*, 11:50)

Na medida em que o está sendo comparado são duas concepções do entendimento, o ponto de Kant pode ser simplesmente o de insistir que o entendimento é originariamente a capacidade de referência a um objeto, o que não poderia, segundo o argumento da dedução transcendental, jamais ser explicado pela concepção maimoniana do entendimento como mera consciência particular, já que essa suposta consciência meramente particular jamais tornaria possível a representação de um “eu” (*KrV* 134). Esse “trazer o diverso de uma intuição ao conceito de um objeto em geral” é possível porque, uma vez que esse diverso está no espaço e no tempo, está de acordo com as condições que as categorias expressam universalmente. Sem o que essas condições tornam possível (a unificação pelo conceito de um objeto em geral), eu sequer poderia saber que tenho essas representações. Se nós só representássemos nossas representações, se nós fôssemos somente conscientes de representações individuais, mas não nos tornássemos conscientes da relação das representações à unidade da representação de seu objeto, as representações sequer alcançariam a unidade da consciência necessária para a cognição de meu estado. Aceitando contudo os resultados da dedução transcendental das categorias quanto à necessária conformidade da mera percepção às funções do entendimento graças à síntese transcendental da apercepção, podemos concluir que, mesmo quando não conhecemos nossos estados, se percebemos algo no espaço e no tempo, percebemos de acordo com as representações de espaço e tempo e assim através da síntese transcendental da imaginação e portanto de acordo com as condições necessárias para cognição. Por outro lado, a síntese das percepções que permitirá a cognição não está na percepção, e por isso experiência ou cognição (mesmo de nossos estados) envolve mais do que percepção. No entanto, embora

<sup>26</sup> O texto publicado na *Akademieausgabe* é o seguinte: “Die Theorie des Hrn. Maymon ist im Grunde: die Behauptung eines Verstandes (und zwar des menschlichen) nicht blos als eines Vermögens zu denken, wie es der unsrige und vielleicht aller erschaffenen Wesen ist, sondern eigentlich als eines Vermögens anzuschauen, bey dem das Denken nur eine Art sey, das Mannigfaltige der Anschauung (welches unserer Schranken wegen nur dunkel ist) in ein klares Bewustseyn zu bringen: dagegen ich den Begriff von einem Obiecte überhaupt (der im klärsten Bewustseyn unserer Anschauung gar nicht angetroffen wird) dem Verstande, als einem besonderen Vermögen, zuschreibe, nämlich die synthetische Einheit der Apperception, durch welche allein das Mannigfaltige der Anschauung (deren jedes ich mir besonders immerhin bewust seyn mag) in ein vereinigtes Bewustseyn, zur Vorstellung eines Obiects überhaupt, (dessen Begriff durch jenes Mannigfaltige nun bestimmt wird) zu bringen“. A versão da Felix Meiner acrescenta “<ist>” ao final.

envolva mais, esse “mais” é tornado possível pela especificidade de nossa percepção humana em razão da sua ligação com a apercepção.<sup>27</sup>

Com essa anterioridade da percepção em relação à experiência em mente, podemos agora retomar a passagem da Antropologia na qual Kant diz que uma criança muito pequena não pode se lembrar do tempo de meras percepções, porque era o tempo do mero jogo da imaginação. Consideremos novamente a passagem em conjunto com outra citação da Antropologia sobre a diferença entre memória e imaginação:

Que nesse espaço tempo [até cerca de três meses], [uma criança] comece a seguir com os olhos objetos brilhantes a ela apresentados é o começo ainda rudimentar do avanço das percepções (apreensão da representação sensorial), que serão ampliadas em cognições dos objetos dos sentidos, isto é, da experiência. [...] A lembrança dos anos da infância não chega, porém, nem de longe a essa época, porque não foi a época das experiências, mas simplesmente a época de percepções dispersas ou ainda não reunidas sob o conceito do objeto. (*Anth*, AA 7: 127-8)

A memória se diferencia da imaginação meramente reprodutiva porque, sendo ela capaz de reproduzir voluntariamente a representação passada, a mente não é um mero jogo desta. (*Anth*, AA 7: 182)

Sem a unificação sob o conceito de um objeto, a criança não pode reproduzir voluntariamente representações passadas. Assim, ela ainda não tem conhecimento de seus próprios estados. Para haver conhecimento de nossos estados, precisamos não só associar percepções, mas precisamos estar conscientes da regra de associação. Sem associar de um certo modo (de acordo com a unidade sintética da apercepção) e sermos conscientes da associação, não podemos nos reconhecer como um “eu”.

Por outro lado, no entanto, é importante observar que isso não significa que a criança não tenha o necessário para perceber a si mesma, isto é, para apercepção. Kant escreve que crianças muito pequenas não pensam a si mesmas, mas elas, ainda assim, sentem a si mesmas:

Que o ser humano possa ter o eu em sua representação, eleva-o infinitamente acima de todos os demais seres que vivem na terra. É por isso que ele é uma pessoa [...], porque sempre tem o eu no pensamento, mesmo quando ainda não possa expressá-lo [...]. Pois essa faculdade (a saber, a de pensar) é o entendimento.

Mas é notável que a criança que já sabe falar suficientemente bem começa no entanto bastante tarde a falar por meio do eu (talvez bem depois de um ano), tendo até então falado de si na terceira pessoa (Carlos quer comer, andar etc.), e uma luz parece se acender para ela, quando começa a falar por meio do eu: a partir desse dia nunca mais

<sup>27</sup> E, como procurei sugerir, embora esse ponto ultrapasse minhas pretensões aqui, pelo menos parte do que autoriza essa conclusão sobre a percepção é uma característica da intuição: isto é, embora percepção em algum sentido envolva mais do que intuição, é em parte baseado na forma da intuição que sabemos que as aparências estarão sempre de acordo com as condições para percepção. Cf. nota 20 acima.

volta a falar daquela outra maneira. — antes simplesmente sentia a si mesma, agora pensa em si mesma. (*Anth AA 7*: 127)

Na medida em que uma criança sente a si mesma e na medida em que é capaz de apercepção, ela pode perceber seus estados, mas até a unificação no conceito do objeto, ele não poderá ter essa lembrança. A mente da criança é ainda somente um mero jogo da imaginação, e parece ser por isso que ela não tem memória, ela não pode voluntariamente reproduzir representações passadas. Mas a criança sente a si mesma, tem apercepção, e poderá ser consciente dessas representações.<sup>28</sup> Isso permitirá à criança que, com o desenvolvimento, ela se torne consciente da associação de representações e, com a unificação da percepção no conceito de um objeto, passar de percepções dispersas para experiência.

## Conclusão: sentido humanos e apercepção

O objetivo deste texto foi procurar compreender a especificidade de nossas capacidades cognitivas em razão da sua relação com a capacidade de apercepção.

Vimos que trivialmente cognição depende da apercepção, pois envolve consciência da relação de algo como representação a algo como objeto. Vimos que, embora a percepção não seja por si só a determinação de algo como objeto por meio de um conceito, ela envolve a apreensão consciente de algo como um aparecer. Na medida em que se trata da apreensão de algo no espaço e no tempo, essa apreensão está conforme à unidade originariamente sintética da apercepção.

Assim, perceber, ter uma representação sensível consciente, é algo especificamente humano em razão da relação dos nossos sentidos com a apercepção. Dada essa relação entre sentidos e apercepção, talvez não deva surpreender uma passagem de notas de aluno segundo a qual, propriamente falando, deveríamos ter denominações diferentes para todas as faculdades cognitivas (incluindo para os sentidos) no caso de seres humanos e de animais:

Todas essas três faculdades cognitivas [sentidos, capacidade reprodutiva da alma ou imaginação e faculdade de antecipação] podem ser acompanhadas de apercepção ou não. Quando o são, então pertencem somente aos seres humanos; quando não, então os animais também as têm. Nós deveríamos, portanto, ter dois nomes diferentes para elas, mas isso só há para uma, a saber, para a capacidade reprodutiva da imaginação; pois essa é chamada de memória quando acompanhada de apercepção. (*V-Met Mron II AA*, 29: 883-4)<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Sobre uma consciência que não é suficiente para a memória, cf. *KrVB* 414n.

<sup>29</sup> O texto da Academia é o seguinte: Alle diese 3 Erkenntnis Vermögen [Sinn, Reproductions Kraft der Seele oder der Imagination, Facultas praevisionis] können mit Apperception begleitet werden oder nicht. Sind sie es, so gehören sie bloss dem Menschen zu, wo nicht – so haben sie auch die Thiere. Wir sollten daher von iedem 2 verschiedene Namen haben, aber das ist nur von einem, nemlich der reproductiven Einbildungskraft; denn diese heisst, mit



## Referências Bibliográficas

- ALLAIS, L. *Manifest reality: Kant's idealism and his realism*, Oxford: Oxford University Press, 2015.
- CONANT, J. "Why is Kant not a Kantian", In: *Philosophical Topics*, 44(1), 2016, pp. 75-125
- FAGGION, A. "Bookreview: Kant and Non-Conceptual Content". *Manuscripto – Rev. Int. Fil.*, 36 (2), 2013, pp. 343-354
- FONSECA, R. D. "Percepção Objetiva, Espaço Egocêntrico e Não-Conceitualismo Kantiano: Uma Primeira Aproximação", In: *KANT E-PRINTS* (ONLINE), v. 12, p. 104-130, 2017.
- GINSBORG, H. "Was Kant a nonconceptualist?", In: *Philosophical Studies* 137(1), 2008, pp. 65-77
- GRIFFITH, A. "Perception and the categories: a conceptualist reading of Kant's Critique of pure reason". *European journal of Philosophy* 20(2), 2010, pp. 193-222
- HANNA, R. "Kantian non-conceptualism", In: *Philosophical Studies*, 137(1), 2008, pp. 41-64
- HEIDEMANN, D. H. (ed.) *Kant and Non-Conceptual Content*. London, Routledge: 2013.
- KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- KANT, I. "Letter to Marcus Hertz, May 26<sup>th</sup> 1789". trad. A. Zweig, *Correspondence* (The Cambridge edition of the works of Immanuel Kant), Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. Trad. Valeiro Rohden, Martins Fontes, 2015.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Fernando C. Mattos, Editora Vozes, 2012.
- KANT, I. *Lectures on logic* (The Cambridge edition of the works of Immanuel Kant), Trad. J. M. Young. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- KANT, I. *Lectures on Metaphysics* (The Cambridge edition of the works of Immanuel Kant). Trad. K. Ameriks and S. Naragon. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- KANT, I. *Lógica de Jäsche*. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- LAND, T. "Kantian Conceptualism", In: ABEL, G. & CONANT, J. (eds) *Rethinking Epistemology*. De Gruyter, 2011, p. 197-239

---

Apperception begleitet, Gedächtniss. Agradeço a Werner Stark pela seguinte pequena correção na transcrição do manuscrito para a segunda frase: „Wir sollten dafür v. iedem 2 besondere Namen haben aber das ist nur v. einem nemlich der reprod. Einbildkr; denn dieß heißt, mit Apperception begleitet Gedächtniß“ (where v. =: von / vor [i.e. für]). Eu gostaria também agradecer a Pedro Rego, Paulo Licht, Renato Fonseca, Giovana Dalmás, Gabriel Hickmann e Fernando Silva e Silva por discussões e sugestões a versões anteriores desse texto

- McLEAR, C. "Kant on animal consciousness". *Philosophers' Imprint*, 11(15), 2011, pp. 1-16
- TOLLEY, C. "The meaning of perception in Kant and his historical context", In: WAIBEL, Violetta, RUFFING, Margit, WAGNER, David. *Acten des XII. Internationalen Kant-Kongresses*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2018, pp. 3243-3252.
- TOLLEY, C. "The non-conceptuality of the content of intuitions: a new approach", In: *Kantian review* 18(1), 2013, pp. 107-136
- TORRES, J. C. B. "Determinação categoria e síntese da apreensão", In: *Studia Kantiana*. V. 6, n 6/7, 2008.
- ZÖLLER, G. "Of empty thoughts and blind intuitions, Kant's answer to McDowell", In: *Trans-/Form/Ação*. 3 (1), 2010, pp. 56-96
- ZÖLLER, G. "Not Seeing and Seeing Nothing. Kant On the Twin Conditions of Objective Reference" (Não vendo e vendo nada. Kant sobre as duplas condições de referência)", In: *Kant e-Prints*, Series 2, 8 (2), 2013, pp. 1-21.

**Resumo:** Embora seja bastante claro que Kant atribua a animais não-rationais algo pelo menos bastante próximo do que em nós chamamos de representação, bem como uma faculdade da sensibilidade, ele lhes nega entendimento e cognição ou conhecimento. Mais relevante, contudo, é observar que Kant nega aos animais não-rationais a possibilidade de cognição porque, segundo ele, eles não têm capacidade de consciência. Meu propósito nesse texto é examinar algumas observações kantianas sobre capacidades cognitivas visando a explicar por que mesmo nossa faculdade dos sentidos pode ser dita especificamente humana em função da relação dos sentidos com a apercepção, em particular, em razão da relação entre percepção e unidade originariamente sintética da apercepção.

**Palavras-chave:** sentidos; consciência; percepção; entendimento; apercepção

**Abstract:** Whereas Kant attributes something at least very similar to representations and the faculty of sense to non-rational animals, he denies them the faculty of understanding and cognition. Moreover, he denies them the faculty of understanding because he denies them consciousness or apperception. My purpose in this paper will be to examine some of Kant's remarks about cognitive capacities to explain why even our faculty of sense can be said to be specifically human given the relation of our sense with apperception due to the relation between perception and original-synthetic unity of apperception.

**Keywords:** sense; consciousness; perception; understanding; apperception

Recebido em: 09/2018

Aprovado em: 11/2018